

Krzysztof Pomian

Professor da Universidade Nicolas Copernic (Polônia). Diretor de Pesquisa do Centre de Recherches Historiques – École de Hautes Études en Sciences Sociales.

Do Monopólio da Escrita ao Repertório Ilimitado das Fontes Um século de mutações da história

Os anos 80 do século XIX marcam a passagem dos arquivos franceses da idade censitária, abertos com a monarquia de Julho, para a idade democrática, em harmonia com o regime republicano fundado no sufrágio universal, estabelecendo definitivamente a ligação dos arquivos com a história e tornando-a, daqui por diante, consistente. Nada ilustra melhor essa ligação do que o livro de Langlois e Stein *Les Archives de l'histoire*

de France, resultante de uma identificação da história com a pesquisa em arquivos.

O método exige que, para escrever a história, não nos contentemos apenas com algumas informações, aquelas que temos à mão; ele exige, antecipadamente, que todas as fontes acessíveis sejam esgotadas sem exceção (...). Portanto, é de grande importância que aqueles que estudam a história a partir das fontes estejam habilitados a utilizar todas; é

necessário que essa tarefa, imposta pelo método e cuja transgressão, até aqui inevitável, tenha tido consequências graves para a ciência histórica, na prática seja facilitada. É preciso que se saiba onde estão os documentos e que estes podem ser consultados com facilidade (Langlois; Stein, 1991, p. II).

Poderíamos comentar longamente essas frases em que o método – uno e único – exige exploração das fontes até a exaustão, o que supõe que, para cada tema, as fontes formam um conjunto de dimensões limitadas e esgotáveis ao longo de uma vida humana. Essa ideia, tão ingênua aos nossos olhos que fica difícil compreender como se pôde aderir a ela, remete, entre outras, à convicção que, a partir dos anos 70 do século XIX na França, se transformou no dogma fundamental da história erudita: a história se faz com fontes escritas; trata-se da equação: fontes = documentos de arquivo = textos, que sustenta a citação. Encontramos essa equação expressa de diferentes formas e com um fervor quase religioso por Fustel, para quem a única habilidade do historiador “consiste em retirar dos documentos tudo que eles contêm e não acrescentar nada do que eles não contêm”. O melhor historiador, acrescenta ele, “é aquele que se mantém o mais próximo dos textos, que os interpreta com o maior rigor, que não escreve e nem mesmo pensa a não ser a partir dos documentos” (Fustel de Coulanges, 1888, p. 33). Quaisquer que

sejam suas divergências com Fustel, Monod não disse nem fez outra coisa.¹ É o mesmo dogma, que identifica as fontes históricas com os documentos escritos, que permeia a influente *Introduction aux études historiques* de Langlois e Seignobos, embora ambos não se esqueçam de mencionar os museus, seguidos das bibliotecas e dos arquivos, e evocar o “papel escrito” ao lado dos “monumentos ou objetos fabricados” (Langlois; Seignobos, 1992, p. 29ss., 35, 66ss.).²

No início, a adoção desse dogma fundamental teve efeitos positivos. Ela eliminava as perguntas que um historiador não podia responder a não ser de maneira impressionista, com base em documentos diversos, interpretados unicamente em função das suas opiniões ou de sua imaginação. Estabelecia um consenso sobre os critérios de verificação das teses enunciadas pelos historiadores, mas, ao mesmo tempo, confinava a história em limites que, desde o final do século, começaram a travar a renovação. A salvação veio do exterior.

OBJETOS E PAISAGENS

Dogma fundamental da história erudita, no começo do século XX, a utilização exclusiva de fontes escritas para construir as representações do passado já era, de fato, posta em questão há cerca de vinte anos pelos arqueólogos e geógrafos. Em 1882, durante a aula inaugural de seu curso de arqueologia francesa na École du Louvre,

Alexandre Bertrand terminou um breve histórico do ensino da disciplina na França constatando que “aplicar os documentos arqueológicos à história nacional, fazer do arqueólogo um assistente do historiador, é uma ideia que deveria, provavelmente, provocar um discreto sorriso nos lábios dos nossos pais”. De fato, a arqueologia, quando se interessava pelas antiguidades nacionais, fazia uma abordagem sobretudo na perspectiva da história da arte e do estudo dos monumentos frente a seu estado de conservação e restauração. Essa era, em especial, a orientação do curso que Quicherat ministrava na École de Chartes desde 1847.

Já Bertrand definia as relações entre arqueologia e história de maneira a propor que esta se apoiasse na primeira, não apenas para períodos anteriores à escrita.

O interesse desse curso, tal como eu o compreendo, será a reconstituição da nossa história nacional, indústria, costumes, hábitos, relações exteriores, para os tempos sobre os quais os documentos escritos são completamente mudos; trazer para mais próximo de nós a revelação de uma quantidade de detalhes concernentes à vida pública e privada de todas as classes da população, mesmo as menos expressivas; detalhes com que a história propriamente dita pouco se preocupou e sobre os quais, nosso século, ao contrário, é particularmente ávido.

E Bertrand insiste sobre o papel dos mapas arqueológicos e das estatísticas e sobre a importância dos museus “dedicados à

arqueologia dos povos que os romanos e gregos consideravam bárbaros” (Bertrand, 1891, p. 2, 3, 6, 16).

Um quarto de século mais tarde, Camille Jullian, numa de suas aulas no Collège de France, onde ele ocupava a cátedra de história e antiguidade nacional, reivindica para a história “o estudo do sílex e do bronze, dos monumentos pré-textos”. E antes de invocar a autoridade de Fustel, “o pesquisador que menos se afastou dos textos escritos”, mas que, contudo, “frequentemente sentiu a nostalgia da arqueologia e da pré-história”, identifica a história como “o quadro ou relato daquilo que atividade humana produz”, e insere no domínio do historiador “a flecha, o dolmen e a caverna pintada (...) da mesma forma que a Acrópole, Notre-Dame de Paris ou a Maison Carrée” (Jullian, 1930, p. 54-55, 57-58). A obra *Histoire de la Gaule* (1907-1928) é uma aplicação dessas ideias (Pomian, 1992, p. 41-105, principalmente p. 86-91).

Foi preciso um outro quarto de século até que fossem encontrados historiadores franceses que adotassem o programa de Bertrand no que havia de mais inovador, quer dizer, onde são evocados “os tempos mais próximos”. Assim, Marc Bloch tentou integrar os ensinamentos fornecidos pelos objetos materiais nos seus trabalhos de geografia histórica, de história rural e de história das técnicas; daí, em especial, seu interesse por museus.⁵ Mas, é apenas a partir do início dos anos de 1960 que datam, na França primeiramente, as pesquisas de arqueologia medieval, os

estudos das cidades desertas (Duby et al., 1965; Archeologie, 1970) e, posteriormente também, aqueles sobre habitações urbanas, o nosso dia a dia, os quais enriqueceram “com uma profusão de detalhes” nosso conhecimento da “vida pública e privada de todas as classes da população” dessa época.⁴ Essas pesquisas se estenderam, 15 anos mais tarde, pela arqueologia industrial que estuda os tempos mais próximos de nós (Daumas, 1980). Uma história que, para reconstruir o trabalho dos homens e seu cotidiano, tivesse negligenciado as contribuições da arqueologia seria hoje completamente inconcebível.

Contudo, a ruptura dos historiadores franceses com o dogma fundamental não aconteceu pelo contato com os arqueólogos. O mérito vem, sobretudo, dos geógrafos, o que não surpreende: eles estavam próximos dos historiadores por sua formação e comungavam com estes o mesmo culto ao texto.⁵ Culto contestado desde os anos de 1880 por Vidal de la Blache. Seu artigo “Des divisions fondamentales du sol français”, que traça com 14 anos de antecedência as grandes linhas do futuro *Tableau de la géographie de la France* (1902), propôs a quem quisesse identificar as regiões naturais se libertar de toda rotina escolástica, colocando-se frente a frente com a realidade.

É o que ilustra uma rápida descrição das características visíveis da paisagem da região de Beauce em contraste com o que se vê no sul do Loire e a oeste, no Perche.

“Nós olhávamos apenas em torno de nós mesmos para recolher exemplos das divisões naturais”. E Vidal avança ao propor um estudo da percepção do território por seus habitantes e dos termos utilizados para descrevê-lo.

Eles expressam, (...), não apenas uma mera particularidade, mas um conjunto de características extraídas do solo, das águas, das culturas, dos hábitos de moradia. Assim, esse encadeamento de relações que partem do solo e alcançam o homem e sobre o qual nós falávamos, no começo, capturado da realidade, é que deve construir o próprio objeto de estudo geográfico. Instintivamente apreendido pela observação popular, esse encadeamento se define e se coordena pela observação científica.

É esta que leva a distinguir no conjunto do solo francês as cinco grandes regiões que constituem “as divisões fundamentais” (Vidal de la Blache, 1888, p. 4, 5-6, 49 ss.).

Adotado no início dos anos de 1880 na École normale supérieure, e depois do fim do século XIX também na Sorbonne, o ensino de Vidal se expressa mais plenamente no *Tableau*; ao publicá-lo na abertura de sua *Histoire de France*, Lavissee renova a tradição de Michelet, transposta da poesia para a geografia (Guiomar, 1986, p. 569 ss.), abrindo uma primeira brecha na adesão dos grandes mestres da história erudita ao dogma segundo o qual não há fontes a não ser as escritas. Desde 1905, Camille Jullian trabalha nos seus

cursos, referindo-se explicitamente ao *Tableau, "Les conditions géographiques de l'histoire de France"* (Jullian, 1930, p. 231-233). O ensino de Vidal se expressa, por outro lado, nas teses de seus alunos, que começam a se multiplicar a partir dos primeiros anos do século e que detêm, todos, uma dimensão histórica. Por essas diferentes vias, ele influencia os historiadores mostrando-lhes as virtudes de um olhar capaz de ler as paisagens e os elementos que a compõem e de uma pesquisa com os habitantes complementada pelo estudo dos dados estatísticos e dos documentos em arquivos (Broc, 1974; Broc, 1976; Berdoulay, 1981, p. 156 ss., 186 ss.).

Nada mostra melhor do que a comparação de dois livros que apareceram com trinta anos de diferença e que tratam da história do campo na França. *Les classes rurales et le régime domanial en France au moyen âge*, de Henri Sée (1901), permanece tributário da abordagem teorizada por Fustel. Dos 199 itens que ele relaciona na sua bibliografia, 148 são cartulários ou coleções de títulos nobiliárquicos. Mas não se encontra um único plano, um único mapa, uma única imagem. A geografia não ocupa mais do que quatro páginas no livro. A demografia também está ausente, uma vez que Sée está convencido que os documentos disponíveis são por demais fragmentários para permitir alguma análise estatística por mais superficial que seja. E não há uma única referência a qualquer peça de museu. Em resumo, a história das

classes rurais, reduzida à história da propriedade, está isolada, em Sée, da história da produção de bens, da sua circulação, do consumo, assim como da história da paisagem rural francesa e da sua população. Ao lermos seu livro, que mantém sua importância, não se resiste à tentação de reproduzir a alusão de Lucien Febvre àqueles que, "quando tratam de arar, só aram os cartulários". Em outros termos, àqueles para os quais a história só se faz com textos.

Convém dizer que nossa proposta não é criticar o livro de Sée. Síntese dos resultados alcançados em meio século de pesquisas sobre a história rural francesa, seu livro é aqui referido para mostrar, por contraste, a extensão da mudança produzida pela integração da abordagem geográfica com a história, que, por razões óbvias, afetou em primeiro lugar e mais profundamente as pesquisas sobre o passado no campo. Dessa transformação teve origem a principal obra de Marc Bloch, *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*.

Para Bloch, felizmente, "a história não vive, não deve viver, de pergaminhos e velhas pedras. As paisagens também se constituem, à sua maneira, em documentos" (Bloch, 1934, p. 489). Ele as descreve tal como o olhar as apreende e as interpreta com a ajuda de planos e de mapas, evidenciando sua formação em história, em tudo que vê e interpreta, a exemplo dos instrumentos agrícolas. Formas de moradia, produção, consumo, relações

na comunidade encontram-se no centro do seu campo de interesse. As relações de propriedade e os conflitos de classe não estão, de forma alguma, ausentes, assim como o livro de Sée não consta na bibliografia de *Caractères originaux*, onde ele convive com nove teses de geografia regional oriundas da escola de Vidal. Mas, essas relações e conflitos são apresentados por Bloch por meio da sua inserção nas realidades espaciais e nos objetos; a ênfase recai aqui não sobre seus atos jurídicos, porém sobre o comportamento dos grupos humanos.⁶

Paralelamente ao ensino de Vidal, ao qual, em certa medida, Bloch se opõe,⁷ o de Durkheim convida os historiadores senão a sair dos arquivos, ao menos a mudar as questões colocadas para os documentos e o tratamento dado a eles. A interpretação apresentada por Simiand (1903, p. 1-22, 129-157), numa conferência célebre e que suscitou um importante debate, volta a reduzir a história a um método que não forneceria resultados válidos a não ser que aqueles que a apliquem se ponham a serviço de alguma outra ciência social e adotem, antecipadamente, um questionário teoricamente ajustado. Ora, um questionário desse tipo não é concebível a não ser para lidar com fenômenos repetitivos que se submetem a um tratamento estatístico. Daí o interesse de Simiand pela história dos salários e dos preços.⁸ Daí também o foco de seus sucessores pela história dos preços, que contribuiu para deslocar a

atenção dos historiadores dos documentos únicos para as séries documentais e dos atos jurídicos para os documentos contábeis e os *mercuriales*.⁹ A partir do começo dos anos de 1930, marcado pelo surgimento do *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècle*, de Ernest Labrousse (1932), as pesquisas nesse campo começam a trazer resultados e a propor modelos e métodos que exerceram uma influência determinante na prática da história econômica e social na França (Pomian, 1984, p. 74ss.).

Entre os anos de 1930 e o fim dos anos de 1960, essa história continua na dupla tradição de Vidal e de Simiand, encarnada nos *Annales*: primeiro por conta da geração dos alunos de Vidal, de Bloch e de Febvre, depois pela de Braudel e de Labrousse, mais sensível ao exemplo do segundo, já que as duas linhas fundadoras não estão automaticamente em harmonia. Na esteira de Vidal, se privilegia a longa duração e, portanto, o Antigo Regime; logo após Simiand privilegia-se a era da estatística: voltada para a segunda metade do século XVIII e, sobretudo, do XIX. E concentra-se na história empresarial – dos bancos, das companhias ferroviárias, industriais e comerciais –, o que chama a atenção sobre a história dos arquivos dessas empresas, e conduz a inventariar alguns e implementar medidas para assegurar a proteção de outros (Arnould, 1953; Association des Archivistes Français, 1991, p. 417 ss.).

Mas as obras reconhecidamente representativas da história econômica e social, tal como a conhecemos depois da guerra, abordam o Antigo Regime com uma preferência pelos séculos XVI e XVII. Cada uma dessas obras combina, em proporções variáveis, a geografia e a economia, um olhar subjetivo e indicadores censitários que medem as mudanças, a interpretação das paisagens e a construção de curvas do terreno. O povoamento de um lado e, de outro, a oferta e a demanda dos meios de subsistência: as perguntas que os historiadores fazem nesse cenário os conduzem, cada vez mais, a se aproximar da demografia. Isso causa, em especial, uma valorização dos registros paroquiais e dos documentos de registro civil (Goubert, 1954; Henry; Fleury, 1956).

Integrando em seus modelos a demografia, os historiadores se dão conta de novos objetos de pesquisa: as epidemias, a higiene e a medicina, o amor e a sexualidade, a família, o comportamento frente à reprodução e à morte, às idades, ao corpo, à saúde e às doenças. Nessa perspectiva, eles conferem uma nova dignidade ao qualitativo e ao mental, principalmente às questões que a etnologia propõe e aos dados que ela traz. Eles se reconectam, assim, com os interesses manifestados, a seu tempo, por Bloch e Febvre, pelo folclore e pelas artes populares. E da mesma forma, eles ficam prontos a utilizar testemunhos orais que, com a ajuda de gravadores, convertem os sociólogos e os historiadores do tempo presente.¹⁰

PALAVRAS E IMAGENS

Não vamos contar aqui as origens e a fama da “história oral” nos Estados Unidos e na Inglaterra.

O que nos importa, apenas, é recordar sua implantação na França, onde ela só chegou nos anos de 1970; seus precursores mergulharam no esquecimento sem haver despertado vocações.¹¹ Também a pesquisa de Jacques Ozouf com cerca de vinte mil professores da *belle époque*, realizada no começo dos anos de 1960, e cujos resultados parciais foram publicados num livro que introduziu, ao que parece, a expressão “arquivos provocados”, não suscitou adeptos (Ozouf, 1967; Ozouf, 1991). Quando Philippe Joutard (1977) começou, no verão de 1967, suas pesquisas sobre os *Camisards* na memória dos habitantes de Cévennes, ele parece ter sido o único francês a estudar uma tradição oral viva. Dez anos mais tarde, pelo menos cinquenta iniciativas visando à constituição de arquivos orais estavam em curso, estimuladas, pelo menos a metade, pelos historiadores. Durante os cinco anos seguintes, o número de historiadores que trabalhavam com história oral multiplicou por nove (Bonnain; Elegoët, 1978, p. 337-347; Rioux; Voldman, 1982).

A ruptura com o rumo tradicional foi profunda tanto com Ozouf, que queria “mostrar a validade, na história, dos métodos de pesquisa de opinião”, quanto com Joutard, que passou a estudar a memória. Ela foi mesmo, intencionalmente, radical entre aqueles para quem a “história oral” era

uma “outra história” que supostamente dava a palavra ao povo; propunha-se a ser uma história do povo, feita pelo povo, na qual o historiador ficava reduzido ao papel de mediador. Não é de admirar que não tenham faltado debates relativos à natureza da “história oral” e sua própria denominação – frequentemente contestada e recusada na falta de uma melhor –, sua validade, seus limites e aquilo que de fato ela trazia de novidade. A promoção de testemunhos orais ao patamar de fontes reatualizou, assim, os problemas epistemológicos essenciais. Ela lança também questões deontológicas relacionadas ao papel do historiador na produção desses testemunhos e os problemas jurídicos relativos ao seu uso.¹² Hoje, a paz foi restabelecida, e o acordo parece haver sido instaurado para a maioria dos pontos que outrora provocavam controvérsia.

A história oral – expressão que me permito de agora em diante utilizar sem aspas – não é uma “outra história”. Como coleta e conservação de testemunhos orais, ela é um meio de, tomando algumas precauções, criar fontes que poderão servir à reconstrução do passado ao qual elas fazem referência. Como exploração de fontes, ela é, principalmente, um estudo da memória e das representações do passado que ela veicula. Nos dois casos, os testemunhos orais são confrontados com os documentos escritos e submetidos a uma crítica análoga àquela que é aplicada a todas as narrativas. É incontestável que a história oral permite dotar de fontes, grupos so-

ciais que normalmente produzem menos que outros, ou não produzem nenhuma: os operários, os camponeses, os aposentados, os imigrantes, as mulheres. E ela permite a esses grupos expressar sua visão de mundo, reagir aos acontecimentos, dizer como eles vivem suas vidas. Nessa perspectiva, ela torna-se um instrumento insubstituível de toda a história social e cultural, em particular da história da mudança social. Mas ela não é obra daqueles que dão os testemunhos. Ela é feita pelos historiadores e ela deve sua legitimidade ao respeito às normas que regulam o trabalho desses profissionais.

A história oral é, sem dúvida, uma das melhores vias de aproximação com o contemporâneo: fatia de tempo cuja memória está incorporada nas pessoas ainda em condições de relatar. Às vezes, ela também pode compensar a ausência ou a falta de acesso aos arquivos, revelar a importância dos acontecimentos que não deixaram registro (conversas telefônicas, reuniões informais), levar em conta o ponto de vista pessoal dos atores da cena pública, que não tiveram oportunidade de se expressar ou que foram impedidos, já que se opunham à posição oficial. Os testemunhos orais foram então recolhidos e utilizados para fazer a história da física na França entre 1938 e 1939, da arte em Paris entre 1940 e 1944, das finanças nacionais do governo de Pierre Mendès-France e suas consequências; e estes são apenas alguns exemplos de uma lista interminável. Qualquer tese em história contemporânea re-

corre à história oral. Observa-se, também, que ela é insubstituível tanto para estudar as elites quanto as massas, especialmente quando se volta para a dimensão subjetiva dos fatos.

A passagem da escrita para a oralidade, da folha de papel coberta de letras para a voz, equivale, de certo, a um deslocamento na direção da subjetividade, que é refletida com mais precisão nesta do que em outra forma. Se o estilo evidencia o homem, a voz está um degrau acima: mais espontânea, ela dá a entender, melhor mesmo do que um rascunho com suas rasuras permite ver, os humores passageiros, os sentimentos fugazes, as hesitações. Tudo isso fica mais evidente quando a escuta da voz é acompanhada da visão do rosto de quem fala e sua expressão, do corpo com sua postura e gestos. A história oral conduz a uma nova utilização das imagens. E é nesse sentido que funcionam as curiosidades etnológicas tão presentes nos trabalhos dos historiadores dos anos de 1970; neles se vê como, a partir da demografia histórica que se abriu para a etnologia, foram valorizados novos tipos de fonte: os testemunhos orais e as imagens.¹³

Criadas, em sua grande maioria, com a intenção de representar o invisível para as necessidades de um culto religioso, para glorificar as personalidades e os acontecimentos, para formar e educar os espectadores e distraí-los, as imagens da época pré-fotográfica, à exceção dos desenhos de conteúdo naturalista, científico

ou arqueológico, tinham o status de documentos, sobretudo para os historiadores da arte. Os outros utilizavam as imagens às vezes como fontes para reconstruir costumes, vestuário, habitações ou técnicas do passado, mas com mais frequência como ilustrações destinadas a “iluminar” o texto. A reconstrução das atitudes em relação à morte, iniciada por Alberto Tenenti, Philippe Ariès e Michel Vovelle, parece ter sido o primeiro campo apoiado na exploração sistemática de imagens na qualidade de fontes. Para completar os ensinamentos extraídos das *artes moriendi* e de outros escritos e para identificar as mudanças que eles mesmos não tinham conhecimento, foram interpretadas as representações da morte, dos funerais e do luto, as danças macabras e outras personificações da morte, os monumentos funerários.¹⁴

Paralelamente, a renovação da história política, sob a influência conjunta da etnologia, de *Os dois corpos do rei*, de Ernest Kantorowicz, e de *Os reis taumartugos*, de Marc Bloch, coloca agora no centro de suas atenções os rituais e os símbolos, levando a uma valorização das imagens. Assim, Maurice Agulhon, em seus artigos, mostra tudo que um historiador pode extrair do estudo do imaginário cívico e do ambiente urbano, notadamente das estátuas de Paris,¹⁵ enquanto se multiplicam os trabalhos sobre os privilégios da corte, as cerimônias de coroação e os funerais dos reis, as festas revolucionárias, a simbologia republicana, tudo se baseando na imagem tratada como um documento

na sua totalidade.¹⁶ Mas o interesse pelas imagens na condição de documentos e por sua contribuição específica ultrapassa hoje esse campo. Os medievalistas em particular estão construindo uma história das imagens, de seu status, de seu significado, de seus papéis, dos investimentos de que elas foram objeto – tudo que precisa ser esclarecido a fim de definir as regras de interpretação das imagens e, por consequência, os ensinamentos sobre o passado que elas estão passíveis de fornecer.¹⁷

A fotografia abre uma nova época na história das imagens. Primeiro, porque ela é seguida pelo cinema, pela transmissão e registro do som, pela televisão, pelo vídeo. Em seguida, porque ela multiplicou em diversas ordens de grandeza o número de imagens em circulação e diversificou, paralelamente, o conteúdo. Em terceiro lugar, e isto o explica, porque ela retirou do quase monopólio dos profissionais a produção de imagens: a facilitação e a simplificação das máquinas e a substituição das placas de vidro pelos filmes tornaram a fotografia acessível aos amadores, antes de colocá-la ao alcance de todos; mais tarde, a câmera percorreria o mesmo caminho. E por fim, porque ela levou à produção em massa de imagens que asseguraram sua intenção em representar o visível (o observável), isto é, as imagens que pretenderam alçar à condição de documentos, desde as fotos para identidade, passando pelas imagens enviadas por satélites, até aquelas que, num álbum de família,

devem guardar momentos do casamento ou do desenvolvimento de uma criança. E depois, o cotidiano registrado em filme até as lembranças das viagens de turismo feitas com uma câmera amadora podem tornar-se o único registro de verdadeiros acontecimentos históricos.

O período que começa na metade do século XIX dispõe de uma quantidade imensa de documentos iconográficos e audiovisuais que representam os aspectos os mais diversos da vida pública e privada: das grandes manifestações oficiais aos bordéis. Esses documentos esperam ainda seu Mabillon,¹⁸ que explicitou e codificou as regras às quais é preciso submeter os diferentes tipos documentais, antes de poder utilizá-los como fontes históricas. Eles aguardam quem lhes mostre os usos para os quais se prestam as diferentes modalidades; como exemplo, as inumeráveis fotografias que registram cenas da vida cotidiana no que ela tem de mais comum. Mas, como sempre, a prática se coloca à frente da crítica.

As publicações que são, de fato, publicações históricas, se multiplicam, mesmo que seus autores não sejam sempre historiadores de ofício. Cada uma reúne principalmente fotos comentadas relacionadas a um tema e a um período, que pode ser Paris no século XIX, algum episódio da I ou da II Guerra Mundial, os feitos esportivos, os desfiles de moda, as férias na praia ou o trabalho numa mina. Embora o texto guarde sua importância nos álbuns como uma explicação das imagens, às vezes é

reduzido à menção do seu autor, dos objetos representados e sua data, em outros casos o texto analisa a foto e contextualiza-a. Ainda assim, a história deixa aqui de ser escrita. Ela é construída de acordo com o tempo e os lugares das fotos e de outros documentos emblemáticos que vêm do passado e revelam seus diferentes aspectos. O mesmo princípio reside nas exposições temporárias ou permanentes nos museus, contudo com a diferença de que, com mais frequência, elas fazem a junção das imagens com os objetos.

Porém essa história, que merece mais a denominação de história visual do que história oral, se constrói, daqui para frente, também com imagens em movimento, como na montagem de filmes ou sequências de vídeos. É sob essa modalidade que a história atinge sua difusão máxima, quando é exibida na televisão, e contribui para moldar a representação de uma época. O exemplo mais conhecido é dado por *A tristeza e a piedade*, de Marcel Ophuls, André Harris e Alain de Sédouy, exibido no cinema em abril de 1971 e proibido na televisão durante dez anos. Essa obra tira sua força não tanto das imagens que mostra do período de Vichy em Clermont, mas do contraste entre essas imagens e os trechos filmados 25 anos depois com pessoas que viveram esse período (Ferro, 1977, p. 53 ss.; Rousso, 1987, p. 114 ss.). O filme se situa exatamente no cruzamento da história visual do tempo presente com a história oral sobre a qual ela parece ter exercido uma profunda influência. Tal confrontação do documento visual e do

testemunho oral, da história e da memória, abre, provavelmente, um caminho privilegiado rumo à reconstrução do passado, resultante da invenção do cinema, capaz de mostrar como foi vivido e como aconteceu para aqueles que o conheciam apenas por relatos ou leitura, capaz de revelar, na medida do possível, a dimensão subjetiva do passado, ajustando-o ao longo do tempo e transformando-o em objeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As duas primeiras extensões do repertório de fontes históricas virtuais, a que introduziu as paisagens e aquela que, a seguir, incorporou os objetos e, em especial, os vestígios encontrados durante as escavações, foram possíveis graças a uma renovação conceitual. Mesmo considerando que as novas invenções desempenharam um papel – em particular a fotografia como documentação das paisagens e, mais tarde, a fotografia aérea enquanto instrumento que permitiu a descoberta de aspectos de *habitats* desaparecidos –, a mudança antecedeu uma redefinição dos objetivos e das abordagens da geografia e um deslocamento dos limites da arqueologia, que acompanhou o abandono da caça aos tesouros em benefício de um estudo da cultura material. Tudo isso correspondia a um rearranjo das questões dos historiadores sob a influência das novas ciências sociais – da economia, sobretudo, e da sociologia – com a aspiração pelo rigor que era esperado para as pesquisas coletivas e os levantamentos estatísticos.

As duas extensões do repertório de fontes históricas virtuais realizadas ao longo dos últimos 25 anos tiveram um desdobramento diferente. Ambas são tributárias de aperfeiçoamentos técnicos que simplificaram o uso e baixaram os custos dos gravadores ou das máquinas fotográficas, a ponto de torná-las acessíveis a todos. Foi a utilização desses aparelhos, para provocar a criação de fontes e a exploração de registros visuais e sonoros já existentes, que colocou os historiadores frente a problemas fundamentais e os obrigou a renovar suas ideias. De certo, seu campo de investigações, após ter integrado a demografia, estava aberto para uma história das mentalidades e contemplava as preocupações dos etnólogos. Depois de muito tempo, houve espaço para as “ausências da história” e sua dimensão subjetiva. Foi somente graças às novas técnicas de registro que se tornou possível traduzir esses interesses em programas de pesquisa, inventando formas inéditas de representar o passado, sobretudo os cem últimos anos, a era da fotografia, do fonógrafo e do cinema.

Mas as duas ampliações recentes do repertório das fontes históricas virtuais também diferem, em outros aspectos, das duas primeiras. O pano de fundo ideológico foi dado pelo patriotismo, pelo desejo de unir todos os franceses no amor pela pátria ameaçada e no sentimento de uma origem e de um ancestral comuns, que a doutrina republicana interpretava em termos políticos e os inimigos da República em termos

raciais. O pano de fundo ideológico do recurso às fontes orais vem, ao contrário, da adesão à ideia de sociedade dividida em classes, em que o povo é privado da palavra que lhe foi restituída. A um reforço da integração nacional se opunha a contestação. A geografia de Vidal é filha de Sedan; a história oral nasceu em maio de 1968. No entanto, um tema permanece comum: aquele da divisão territorial da França de acordo com suas realidades, quebrando a hegemonia absoluta de Paris. No fim do século XIX, esse tema deu origem ao regionalismo político e cultural. No anos de 1960, foi o movimento ecológico que colocou a exigência de “viver e trabalhar na região”.

Paisagens e vestígios, primeiro, palavras e imagens, em seguida: as duas fases da extensão do repertório das fontes históricas virtuais diferem pela profundidade do questionamento que elas realizam, da teoria e da prática da história. A primeira rompe com o monopólio da escrita e introduz um novo tratamento dos documentos derivado da estatística. A segunda vai mais longe. Ela destrói a ideia do historiador que apenas recebe as fontes, que se contenta com o dado. Essa ideia já era criticada antes por todos aqueles que insistiam na escolha que cada historiador é obrigado a fazer e que não pode evitar. Mas é com o reconhecimento da história oral e dos “arquivos provocados” que ela recebe o golpe de misericórdia. Com a entrada da história visual, muda também a ideia da forma que deve ter uma recons-

trução do passado que inclui, doravante, as exposições, os álbuns e os filmes. Tudo isso modifica a relação entre história e memória.¹⁹

No final de todas essas ampliações do repertório de fontes históricas virtuais, não resta mais nada do dogma fundamental da história erudita tal como se enunciava há um século. A história, certamente, se faz, mais do que nunca, por meio de fontes. Mas cada vez menos as fontes se identificam com os textos. São os documentos de todos os tipos, os monumentos, os vestígios extremamente variados do passado do homem como produtor de objetos e mesmo como espécie animal; assim, os marcadores sanguíneos. E se não sabemos que mudanças novos progressos em ciência e tecnologia provocarão no repertório de fontes históricas virtuais, podemos ter certeza que serão significativas. Além disso, a renovação

das perguntas que fazemos a nós mesmos e aos elementos ao nosso redor traz alguns aspectos novos, anteriormente negligenciados, dos corpos, das coisas e dos semióforos,²⁰ e transforma em virtuais fontes históricas aquelas que antes não tinham esse status. É por isso que o repertório dessas fontes, que para cada período e para cada região do espaço, há um século, parecia estático e fechado, é, na nossa opinião, não apenas aberto, mas literalmente inesgotável.

Artigo originalmente publicado em francês como "Du monopole de l'écrit au répertoire illimité de sources: un siècle de mutations de l'histoire", em *Studien und Quellen, Zeitschrift des Schweizerischen Bundesarchivs*, v. 27, 2001, p. 15-34. Tradução de Maria Elizabeth Brea Monteiro.

N

O

T

A

S

1. Sobre a disputa Fustel-Monod cf. Hartog, 1988, p. 97 ss. (*O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003).
2. Cf. Langlois, Charles Victor; e Seignobos, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. Tradução de Laerte de Almeida Morais. São Paulo: Renascença, 1946.
3. O interesse de Marc Bloch pela arqueologia já se revelava em *Ile-de-France (Les pays autour de Paris)*, Paris, Cerf, 1913. Referências a equipamentos agrícolas: Bloch, 1976, p. 51 ss. Cf. também as resenhas dos trabalhos de Lefebvre, *Des Noëtes sur l'attelage*, *Revue de synthèse historique*, t. 41, 1926, p. 91-99, t. 43, 1927, p. 83-91, assim como *Musées ruraux, musées techniques*, *Annales*, t. II, 1930, p. 248-251 e *Avènement et conquêtes du moulin à eau* (1935) in Bloch, 1963, p. 800-821.

4. Cf. uma avaliação inicial que é também um programa: Pesez, 1978, p. 98-130, sobretudo p. 122 ss. (*A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1988).
5. Cf. Broc, 1974, p. 545-568; Broc, 1976, p. 225-247; Berdoulay, 1981, p. 156 ss., 186 ss.
6. Cf. Bloch, 1976. Uma diferença que salta aos olhos entre o livro de Sée e o de Bloch: a presença neste último de 18 pranchas. Cf. também Pomian, 1986, p. 395 ss.
7. Sobre o conflito entre a geografia humana de Vidal e a morfologia social dos seguidores de Durkheim, cf. Febvre, 1970, p. 49 ss.
8. Cf. principalmente Simiand, 1907; Simiand, 1932a, 1932b. Cf. também Bloch, 1934, p. 1-31; e Bloch, 1963, p. 890-914.
9. N. do tradutor. Registro de preços de mercado sistematizados pelo Estado absolutista francês. Como fonte documental, foi utilizado de modo inovador nos estudos efetuados por E. Labrousse e P. Chaunnu, entre outros autores.
10. Cf. uma das primeiras pesquisas orais: Aron-Schnapper, 1980 (entrevistas entre 1º de abril de 1975 e 31 de dezembro de 1979); Fourquet, 1980 (entrevistas feitas entre outubro de 1978 e abril de 1980).
11. Cf. sobre esses precursores Joutard, 1983; Joutard, 1984, p. 23-42.
12. Cf. a jornada de estudos da Sociedade de etnologia francesa publicada em *Ethnologie française*, t. 8, 1978, p. 331-371. Bouvier et al., 1980; Annales E. S. C., 1980, p. 124-199; Problèmes de méthode en histoire orale, 1980; Histoire orale et histoire des femmes, 1982; Rioux, 1982, p. 29-48; Questions à l'histoire orale, 1987; Voldman, 1991, p. 155-160.
13. Cf. Vovelle, 1978, p. 173-190. Trata-se do colóquio realizado em 12-13 de junho de 1976 na Universidade da Provence, Aix-Marseille 1; foi precedido por um colóquio sobre a cultura oral e a memória coletiva.
14. Cf. Tenenti, 1952; Vovelle, 1970; Ariès, 1977 (estranhamente, esse livro não é ilustrado, apesar de as referências às imagens e aos objetos estarem constantemente presentes); Vovelle, 1983.
15. Cf. Agulhon, M. Imagerie civique et décor urbain (1975) e La statuomanie et l'histoire (1978), originalmente publicados, surpreendentemente, em *Ethnologie française* e retomados em Agulhon, 1988, p. 101-136 e 137-185.
16. Alguns exemplos: Agulhon, 1979; Erlande-Brandenburg, 1975; Ozouf, 1976; Le Sacre des rois, 1986; Waquet, 1981. Cabe lembrar que foi somente nos anos de 1980, talvez com mais de um quarto de século de atraso, que surgiram as traduções para o francês dos trabalhos de Ernest Kantorowicz e de seus discípulos, assim como um nova edição de *Os reis taumaturgos*.
17. Cf. Boespflug; Lossky, 1987; Wirth, 1989; Schmitt, 1989, p. 311-341; Baschet; Bonne; Schmitt, 1991, p. 335-380; Schmitt, 1991, p. 15-20.
18. N. do tradutor: Bénédictino francês (1632-1707), monge da Congregação de Saint-Maur, Paris. Deve-se a ele, entre outros trabalhos, um tratado de diplomática, *De re diplomatica*.
19. Cf. Pomian, 1998, p. 63-110 retomado em Pomian, 1999, p. 262-342, principalmente p. 332 ss.
20. N. do tradutor: Pomian emprega o termo "semióforo" para designar os objetos portadores de uma significação desviados de sua função utilitária inicial. Trata-se de um neologismo criado para determinar o que têm em comum os quadros, as moedas, as conchas, isto é, todos os elementos que constituem as coleções dos gabinetes de curiosidades. O objetivo do autor, ao empregar o termo, é identificar claramente o que esses gabinetes de curiosidades comportam e não reduzir os objetos dessas coleções a obras de arte, como fazem os inventários nos séculos XVIII e XIX. Cf. Pomian, 1987, p. 38.

Referências Bibliográficas

AGULHON, M. *Histoire vagabonde: ethnologie et politique dans la France contemporaine*. Paris: Gallimard, 1988, t. I.

_____. *Marianne au combat: l'imagerie et la symbolique républicaines de 1789 à 1880*. Paris: Flammarion, 1979.

ANNALES E. S. C. Archives orales: une autre histoire?, t. 35, 1980, p. 124-199.

ANNALES. Musées ruraux, musées techniques, t. II, 1930.

ARCHÉOLOGIE du village déserté. Paris: SEVPEN, 1970, 2 v.

ARIÈS, Philippe. *L'homme devant la mort*. Paris: Seuil, 1977.

ARNOULD, Maurice-A. *Vingt ans d'histoire économique et sociale*. Table analytique des Annales fondées par Marc Bloch et Lucien Febvre (1929-1948). Paris: Association Marc Bloch, 1953, n. 458, 461, 62, 484, 486, 487, 488, 492.

ARON-SCHNAPPER, Dominique et al. *Histoire orale ou archives orales? Rapport d'activité sur la constitution d'archives orales pour l'histoire de la sécurité sociale*. Paris: Association pour l'étude de l'histoire de la sécurité sociale, 1980.

ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS (1970). *Manuel d'archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France*. Paris: Archives nationales, 1991.

BASCHET, Jérôme; BONNE, Jean-Claude; SCHMITT, Jean-Claude. Les images médiévales (Quatre notes critiques). *Annales*, 1991, p. 335-380.

BERDOULAY, Vincent. *La formation de l'école française de géographie (1870-1914)*. Paris: Bibliothèque Nationale, 1981.

BERTRAND, Alexandre. Cours d'archéologie nationale: leçon d'ouverture faite le 8 septembre 1882 à l'École du Louvre. In: BERTRAND, Alexandre. *Nos origines: La Gaule avant les Gaulois d'après les monuments et les textes*. 2. ed. Paris: Leroux, 1891.

BLOCH, Marc. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française (1931)*. Paris: Colin, 1976, t. I.

_____. *Mélanges historiques*. Paris: SEVPEN, 1963.

_____. Champs et villages. *Annales*, t. VI, 1934.

_____. Le salaire et les fluctuations économiques à longue période. *Revue historique*, t. CLXXIII, jan./juin 1934, p. 1-31.

_____. *Ile-de-France (Les pays autour de Paris)*. Paris: Cerf, 1913.

BOESPFLUG, François; LOSSKY, Nicolas (dir.). *Nicée II 787-1987: douze siècles d'images religieuses*. Paris: Cerf, 1987.

BONNAIN, Rolande; ELEGOËT, Fanch. Aperçu provisoire des enquêtes en cours. *Ethnologie française*, t. 8, 1978.

BROC, Numa. La pensée géographique en France au XIXe siècle: continuité ou rupture. *Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, t. 47, 1976, p. 225-247.

_____. L'établissement de la géographie en France: diffusion, institutions, projets (1870-1890). *Annales de géographie*, 88^e. année, 1974, p. 545-568.

BOUVIER, Jean-Claude et al. *Tradition orale et identité culturelle: problèmes et méthodes*. Paris: CNRS, 1980.

DAUMAS, Maurice. *L'archéologie industrielle en France*. Paris: Laffont, 1980.

DUBY, George et al. *Villages désertés et histoire économique, XIe-XVIIIe siècle*. Paris: SEVPEN, 1965.

ERLANDE-BRANDENBOURG, Alain. *Le Roi est mort: étude sur les funérailles, les sépultures et les tombeaux des rois de France jusqu'à la fin du XIIIe siècle*. Genève: Droz, 1975.

FEBVRE, Lucien. *La Terre et l'évolution humaine* (1922). Paris: Albin Michel, 1970.

_____. *La Franche-Comté*. Paris: Cerf, 1905.

FERRO, Marc. *Cinéma et histoire*. Paris: Denoël Gonthier, 1977.

FÈVRE, Jules; HAUSER, Henri. *Régions et pays de France*. Paris: Alcan, 1909.

FOURQUET, François. *Les comptes de la puissance: histoire de la comptabilité nationale et du plan*. Paris: Encres, 1980.

FUSTEL DE COULANGES, Numa-Denys. *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France: La Monarchie franque*. Paris: Hachette, 1888.

GUIOMAR, Jean-Yves. Le Tableau de Géographie de la France de Vidal de la Blache. In: NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*, v. II: La Nation. Paris: Gallimard, 1986.

GOUBERT, Pierre. Une richesse historique en cours d'exploitation: les registres paroissiaux. *Annales*, t. IX, 1954, p. 83-93.

HARTOG, François. *Le XIXe siècle et l'histoire: Le cas Fustel de Coulanges*. Paris: PUF, 1988.

HENRY, Louis; FLEURY, Michel. *Des registres paroissiaux à l'histoire de la population: manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*. Paris: Ined, 1956.

HISTOIRE ORALE ET HISTOIRE DES FEMMES. *Table ronde – 16 octobre 1981*. Paris: CNRS, 1982 (suplemento n. 3 do *Bulletin de l'IHTP*).

JOUTARD, Philippe. Eléments pour une bibliographie internationale d'histoire orale. *Bulletin de l'IHTP*, n. 17, 1984, p. 23-42.

_____. *Ces voix qui nous viennent du passé*. Paris: Hachette, 1983.

_____. *La Légende des Camisards: une sensibilité au passé*. Paris: Gallimard, 1977.

JULLIAN, Camille. Plaidoyer pour la préhistoire (4 décembre 1907). In: JULLIAN, Camille. *Au seuil de notre histoire: leçons faites au Collège de France (Chaire d'Histoire et Antiquités Nationales)*. Paris: Boivin et Cie., 1930, t. I.

LABROUSSE, Ernest. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècle*. Paris: Dalloz, 1932.

LANGLOIS, Charles Victor; STEIN, Henri. *Les Archives de l'histoire de France*. Paris: Alphonse Picard, 1991.

LANGLOIS, Charles Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introduction aux études historiques (1898)*. Paris: Kimé, 1992.

LE SACRE DES ROIS. Actes du Colloque International de Reims de 1975, Paris, Les Belles Lettres, 1986.

OZOUF, Jacques. *Nous les maîtres d'école: autobiographies des instituteurs de la Belle Epoque*. Paris: Julliard, 1967.

OZOUF, Mona; OZOUF, Jacques. Retour sur une enquête. *Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, n. 8, 1991, p. 1-13.

_____. *La fête révolutionnaire, 1789-1799*. Paris: Gallimard, 1976.

PESEZ, Jean-Marie. L'histoire de la culture matérielle. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (dir.). *La nouvelle histoire*. Paris: Retz, 1978.

POMIAN, Krzysztof. *Sur l'histoire*. Paris: Gallimard-Folio, 1999.

_____. De l'histoire, partie de la mémoire, à la mémoire, objet d'histoire. *Revue de métaphysique et de morale*, n. 1, 1998, p. 63-110.

_____. Francs et Gaulois. In: NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*, v. III: Les France, tomo I. Paris: Gallimard, 1992.

_____. *Collectionneurs, amateurs, curieux: Paris-Venise, XVIe-XIIIe siècles*. Paris: Gallimard, 1987.

_____. L'heure des Annales. In: NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*, t. II: La Nation. Paris: Gallimard, 1986.

_____. *L'ordre du temps*. Paris: Gallimard, 1984.

PROBLÈMES DE MÉTHODE EN HISTOIRE ORALE. *Table ronde – 20 juin 1980*. Paris: IHTP, 1980.

QUESTIONS A L'HISTOIRE ORALE. *Table ronde du 20 juin 1986*. Paris: CNRS, 1987.

REVUE DE SYNTHÈSE HISTORIQUE, t. 41, 1926, p. 91-99.

REVUE DE SYNTHÈSE HISTORIQUE, t. 43, 1927, p. 83-91.

RIOUX, Jean-Pierre; VOLDMAN, Danièle. *L'histoire orale en France: répertoire des chercheurs*. Paris: CNRS, 1982.

RIOUX, Jean-Pierre. L'histoire orale: essor, problèmes et enjeux. *Cahiers de Clio*, n. 70, 1982, p. 29-48.

ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy (1944-198...)*. Paris: Seuil, 1987.

SCHMITT, Jean-Claude. Le groupe de recherches sur les images médiévales. *Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, n. 8, 1991, p. 15-20.

_____. Les images classificatrices. *Bibliothèque de l'École des Chartes*, t. 147, 1989, p. 311-341.

SÉE, Henri. *Les classes rurales et le régime domanial en France au moyen âge*. Paris: Alcan, 1901.

SIMIAND, François. *Fluctuations économiques à longue période et la crise mondiale*. Paris: Alcan, 1932a.

_____. *Salaire, l'évolution sociale et la monnaie*. Paris: Alcan, 1932b, 3 v.

_____. *Le salaire des ouvriers des mines de charbon en France*. Paris: Cornély, 1907.

_____. Méthode historique et science sociale: étude critique d'après les ouvrages récents de M. Lacombe et de M. Seignobos. *Revue de synthèse historique*, t. VI, 1903.

TENENTI, Alberto. *La vie et la mort à travers l'art du XVe siècle*. Paris: Armand Colin, 1952 (*Cahiers des Annales*, n. 8).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Des divisions fondamentales du sol français. *Bulletin littéraire*, 10 oct. 1888, p. 1-7; 10 nov. 1888, p. 49-57.

VOLDMAN, Danièle. Archiver les sources orales. *Cahiers de sémiotique textuelle*, n. 20, 1991, p. 155-160.

VOVELLE, Michel. *La mort et l'Occident de 1300 à nos jours*. Paris: Gallimard, 1983.

_____. Iconographie et histoire des mentalités: les enseignements d'un colloque. *Ethnologie française*, t. 8, 1978, p. 173-190.

VOVELLE, Gaby; VOVILLE, Michel. *Vision de la mort et de l'au-delà en Provence d'après les autels des âmes du Purgatoire*. Paris: Armand Colin, 1970 (*Cahiers des Annales*, n. 29).

WAQUET, Françoise. *Les fêtes royales sous la Restauration, ou l'Ancien Régime retrouvé*. Genève: Droz, 1981.

WIRTH, Jean. *L'image médiévale: naissance et développement (VIe-XVe siècles)*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1989.

R E S U M O

O artigo estabelece o vínculo entre as transformações operadas na historiografia francesa desde o final do século XIX e as fontes documentais envolvidas. Considera a influência de outras disciplinas para a diversificação de objetos de pesquisa e acervos que levaram ao término da exclusividade do texto e à produção e análise de arquivos de história oral e visual.

Palavras-chave: historiografia francesa; fontes documentais; história oral; história visual.

A B S T R A C T

The article establishes the link between the changes operated in the French historiography since the end of the XIXth century and the documentary sources involved. It considers the influence of other disciplines for the diversification of research objects and records that led to the end of the priority of the text and to the production and analysis of oral and visual historical records.

Keywords: French historiography; documentary sources; oral history; visual history.

R E S U M É N

El artículo establece el vínculo entre las transformaciones realizadas en la historiografía francesa desde el final del siglo XIX y las fuentes documentales envueltas en el proceso. Considera la influencia de otras disciplinas para la diversificación de los objetos de investigación e de los acervos que llevarán al fin de la exclusividad del texto e a la producción y análisis de archivos de historia oral y visual.

Palabras clave: historiografía francesa; fuentes documentales; historia oral; historia visual.

Recibido em 23/9/2012

Aprovado em 26/9/2012